



ID: 41867690

19-05-2012



«Parcerias público-privadas são responsáveis por parte da situação em que Portugal está.»

Ministro adjunto e dos Assuntos Parlamentares venceu que «fazer alterações gera inimigos»

## Miguel Relvas aborda reforma na administração local

# Velhas receitas não servem para resolver crise no país

CARLA ESTEVES

O ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, defendeu ontem em Braga que as reformas em curso na administração central e local são

indispensáveis para resolver os problemas em que o país se encontra mergulhado, mas ainda existem grandes resistências às mudanças, tentando sair do problema utilizando «velhas fórmulas e velhas re-

ceitas».

Miguel Relvas falava na Universidade do Minho (UMinho), na abertura da conferência «Reforma da Administração Financeira do Estado – Contributos para a mudança sustentá-

vel», promovida pela Escola de Economia e Gestão da UMinho, em parceria com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

«A realidade em Portugal é que todos são a favor das reformas e das mudan-

ças desde que sejam para «o vizinho», desde que sejam para outras entidades que não aquelas que devem ser envolvidas», argumentou Miguel Relvas.

Referindo-se à realidade da administração local, Miguel Relvas revelou que, quando tomou posse, há um ano atrás, sabendo dos compromissos assumidos com a Troika, e tratou de reunir os diversos interessados, nomeadamente a Associação Nacional de Municípios, a Associação Nacional de Freguesias, e entidades representativas, teve a certeza que «todos são a favor da mudança, desde que nada mude».

«Eu vi o que foi da parte da administração local ao longo deste ano. Tudo o que significa fazer alterações incomoda, gera inimigos. Isso eu não tenho dúvidas, pois estou cheio deles», referiu o ministro, acrescentando que «há uma atitude de grande esquizofrenia. Nós queremos sair do problema, mas queremos sair com as velhas fórmu-

las e velhas receitas»

Em relação à reforma da administração do Estado, nomeadamente às políticas de exigência de consolidação da despesa pública e de controlo do défice, Miguel Relvas venceu, mais uma vez, que «não há Plano B. Acertamos ou não acertamos. Não temos alternativa».

Atribuindo a situação em que Portugal se encontra hoje ao «dinheiro abundante e barato», o ministro defendeu que as alterações devem ser efetuadas «não por causa da Troika, mas porque esse é o caminho certo, o caminho adequado» e alertou para a necessidade de «aprofundar a nossa democracia a partir da crise».

O ministro disse também que as parcerias público-privadas «são responsáveis por uma parte muito significativa da situação em que Portugal se encontra hoje».

Miguel Relvas insistiu ainda na necessidade de «sair da Europa e procurar novos mundos e mercados, uma vez que dos oito países para os quais Portugal exporta, seis estão em recessão».

## Urge clareza nas contas do Estado

O presidente do Tribunal de Contas disse ontem, na UMinho, que «é indispensável haver balanço das contas do Estado para termos consciência da verdadeira utilização dos dinheiros públicos». Guilherme D'Oliveira Martins acrescentou que «a clareza perante a prestação de contas é um dever que temos perante os contribuintes».

O responsável defendeu que a prestação eletrónica de contas «é algo absolutamente essencial» para colocar em prática o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e o balanço do Estado e para garantirmos uma verificação imediata da correção das contas.

«Uma coisa é chegarem caixotes ao Tribunal de Contas que, demorarão tempo a verificar e outra coisa é chegarem as contas eletrónicas, em que imediatamente se pode verificar se cumprem ou não, pelo menos formalmente, os requisitos», referiu.

O presidente do Tribunal de Contas recordou os tempos em que era ministro das Finanças e tinha um «constrangimento terrível» sempre que recebia o relatório do Banco de Portugal e verificava que as contas de gerência não eram verdadeiras, relativamente ao endividamento.

«Muitas das entidades que tinham prestado contas deviam o dobro do que tinham declarado porque tinham empresas municipais fantasmas», argumentou.

De acordo com Guilherme D' Oliveira Martins «só é possível garantir o cumprimento das regras fundamentais de prestação de contas se houver uma mobilização de todos». Recorda que na próxima semana haverá um terceiro exame relativamente à Troika, e que embora os dois primeiros tenham sido positivos, «há muito trabalho a fazer».

«A credibilidade consegue-se, não através das medidas imediatas, mas através da durabilidade, da consistência e da sustentabilidade. A sociedade tem de tomar consciência de que todos estamos no mesmo barco e todos temos aperfeiçoamentos a realizar», disse, defendendo a cooperação entre as instituições.

Realçando que o Tribunal de Contas viu reforçadas as suas competências, mas sobretudo viu com especial orgulho o acompanhamento da aplicação do memorando, juntamente com o Banco de Portugal, o que não sucede com outros países em que não são instituições do Estado a fazer esta avaliação.

Terminou realçando que há regras que têm de funcionar, como a transparência, a descentralização, a subsidiariedade e a responsabilidade, sendo que esta última «pressupõe prémios, castigos e reconhecimento do que se faz, pois só assim se chega à sustentabilidade».